

ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS NAS EDIÇÕES DE 2000 A 2019

Data de submissão: 12/04/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Luciana Ribeiro da Silva

Estudante de Graduação em Sociologia e Educação
Wellesley College, EUA
Wellesley Hills, Massachusetts
<https://orcid.org/0009-0007-7409-2779>

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Mestre em Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Amapá
Macapá, Amapá
<https://orcid.org/0000-0002-5822-6569>
<http://lattes.cnpq.br/1818051354900926>

Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do trabalho publicado originalmente, nos Anais do “Seminário Internacional América Latina – 30 SIALAT, ocorrido nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2021, em Belém-PA, Brasil.

RESUMO: A Marcha das Margaridas é um movimento social brasileiro formado por mulheres do campo, da floresta e das águas que se reúne em Brasília a cada quatro anos para reivindicar direitos, denunciar condições precárias e visibilizar sua posição como agentes políticos. O presente artigo analisa como a Marcha das Margaridas tem interagido com as diferentes conjunturas

políticas de 2000 a 2019, considerando as demandas do movimento em cada edição e suas respostas governamentais. Foram analisados relatórios do governo e fontes secundárias sobre a Marcha, além de pautas e avaliações de cada edição disponibilizadas pelas Margaridas e entrevistas semiestruturadas com lideranças do movimento. Como referencial teórico foi utilizado a Teoria do Processo Político e seus desdobramentos. Concluiu-se que o movimento utiliza de estratégias de abordagem que se adequam à cada conjuntura política sem deixar de reconhecer as diferentes realidades das mulheres rurais do país.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Mulheres Rurais. Teoria do Processo Político. Política Pública.

POLITICAL APPROACH STRATEGIES OF THE MARCHA DAS MARGARIDAS FROM 2000 TO 2019

ABSTRACT: The Marcha das Margaridas is a Brazilian social movement formed by “women from rural areas, forests, and the water” who gather in Brasília every four years to demand rights, denounce precarious conditions, and showcase their position as

political agents. This article analyzes how the Marcha das Margaridas has interacted with the different political conjunctures from 2000 to 2019, considering the movement's demands in each edition and their governmental responses. Government reports and secondary sources on the Marcha were analyzed along with materials available by the Margaridas on their agenda of demands and intern reports of each march. As primary sources, semi-structured interviews with movement leaders were conducted. The Political Process Theory and its developments were used as theoretical references. It was concluded that the movement uses approach strategies that are appropriate for each political conjuncture while recognizing the different realities of rural women in the country to increase their political leverage.

KEYWORDS: Social Movements. Rural Women. Political Process Theory. Public Policy. Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

“Por que você decidiu vir para a Marcha das Margaridas?”

Vim para mudar a realidade do campo e não ser forçada a ir para a cidade. Vim para reivindicar terra, água e direitos, a gente sofre muito com a seca, não tem água nem pra plantar nem pra beber. Vim porque fui escolhida dentro do movimento social das ribeirinhas. Vim para lutar pelas margaridas que sofrem agressão. Vim para gritar pelos direitos de todas aquelas que não puderam vir. Essa marcha é história, aqui me sinto forte. A gente luta pela vida.

Mulheres entrevistadas na Marcha das Margaridas de 2011 (IPEA, 2015, p.7).

Com início no ano 2000, a Marcha das Margaridas (MM) completou 20 anos em 2020. Ao longo desse período foi mobilizando mulheres para reivindicar políticas públicas, denunciar condições precárias e visibilizar suas posições como agentes políticos. O contínuo crescimento da sua capacidade articulatória e de mobilização, determinantes para sua habilidade de negociar políticas públicas (AGUIAR, 2016, p. 290) é tema para diversas análises sobre as dinâmicas de movimentos sociais brasileiros.

O artigo propõe analisar as estratégias de atuação e as demandas da MM frente às diferentes conjunturas políticas desde a sua criação. De maneira mais objetiva, como se manifestaram os governos em resposta às demandas do movimento ao longo de seis edições. A MM é um importante movimento no reconhecimento das mulheres no âmbito das políticas públicas, de maneira que a institucionalização de suas pautas na estrutura do estado implica em novos patamares de demanda.

Para a compreensão e análise da pesquisa, utiliza-se da Teoria do Processo Político (TPP). Orienta-se em dados primários e secundários através de pesquisa bibliográfica e documental em relatórios de governos e fontes secundárias, além de entrevistas semiestruturadas com a coordenadora da MM, Mazé Moraes, secretária geral das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e coordenadora nacional da Marcha das Margaridas, realizada em novembro de 2019. O objetivo desse artigo é analisar como o movimento social Marcha das Margaridas interagiu com os diferentes governos de 2000 a 2019,

ao longo das seis edições, analisando as estratégias de abordagem e as demandas do movimento.

2 | A MARCHA DAS MARGARIDAS

A Marcha das Margaridas (MM) é um movimento social brasileiro formado por mulheres do campo, da floresta e das águas que se reúnem a cada quatro anos sob o sol do verão seco de Brasília para lutar por políticas públicas. Desde 2000, mulheres de todas as regiões brasileiras marcham a fim de demandar visibilidade e reivindicar direitos sociais, políticos, econômicos e reprodutivos (AGUIAR, 2016, p.25).

A MM reúne mulheres de muitas vivências: trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, camponesas, trabalhadoras sem-terra, quilombolas, pescadoras, quebradeiras de coco, etc. Vestidas de verde e roxo - as cores da marcha - as Margaridas pintam Brasília num mosaico identitário. Em 2015, elas se autodeclararam “mulheres do campo, das florestas e das águas” e se afastaram do termo “mulheres rurais” a fim de demonstrar a pluralidade do movimento e de suas demandas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) durante a quarta edição da Marcha, em 2011, com a participação de 611 mulheres, traçou o perfil demográfico das Margaridas presentes: 77,6% eram pretas ou pardas, 75% das regiões Norte e Nordeste, 1 em cada 5 mulheres eram mães-solo e 36% das entrevistadas se considerava a chefe da família (IPEA, 2015).

O nome do movimento é uma homenagem à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural paraibana que deu a vida pela luta camponesa e sindical durante a ditadura militar. Enquanto a primeira presidente mulher do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, Margarida moveu mais de 600 ações trabalhistas contra grandes proprietários de terra e usineiros (SILVA, 2008, p. 70). Mesmo alvo de inúmeras ameaças de morte, ela não se rendeu aos interesses do agronegócio e, no dia 12 de agosto de 1983, Margarida foi executada na porta de sua casa, à luz do dia.

E esse não foi nem um caso isolado, nem um fantasma da repressão militar, as lideranças rurais continuam sendo alvo de injustiças: entre 1985 a 2017, 1.904 mortes foram resultado de conflitos por terra (CPT, 2018). Em 2018, 482 mulheres foram vítimas em disputas agrárias (CPT, 2019). Cantando alto, as Margaridas seguem clamando por justiça no aniversário da morte de Margarida Maria Alves.

As ativistas não lutam somente pela terra, mas também reivindicam por justiça de classe, gênero e raça. Inspiradas por essa intersecção, a primeira Marcha das Margaridas foi organizada em suporte à Marcha Mundial das Mulheres em 2000 (AGUIAR, 2016, p. 280). O movimento é organizado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), espaço articulatório composto por lideranças estaduais das Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além de parcerias com movimentos

feministas, sindicatos, organizações internacionais e centenas de grupos locais camponeses (CONTAG, 2019), as chamadas entidades parceiras.

Meses antes de cada edição, a mobilização se inicia a níveis local e regional com uma série de discussões sobre demandas e estratégias, configurando um processo plural, participativo e democrático. O resultado dessas conversas é transformado em um documento elaborado de pautas que geralmente é apresentado à presidência do país durante a Marcha, e encaminhado aos representantes do executivo e legislativo, nos âmbitos municipal, estadual e federal (SILVA, 2008, p. 96)

À cada edição, a plataforma política da MM vai se aprimorando em estrutura e conteúdo, trazendo agendas elaboradas e amplamente justificadas. Para a MM de 2019, o documento de quarenta páginas continha apresentação da Marcha e da sua organização, contextualização da conjuntura política e uma afirmação dos princípios políticos do movimento, além dos 10 eixos temáticos onde as Margaridas traçam desafios e, em seguida, apresentam uma série de proposições para cada tópico.

Para além das suas demandas históricas, a pauta de reivindicações se atualiza a cada edição, integrando um vasto leque temático que engloba meio ambiente, previdência social, saúde, educação, sexualidade, segurança alimentar, democracia, classe, gênero e raça, além da questão agrária no Brasil. Aguiar (2016) afirma que os vínculos entre diferentes entidades e a abrangente definição identitária das Margaridas — “mulheres do campo, da floresta e das águas” — contribui para a articulação desse diverso leque de demandas que é indiscutivelmente heterogêneo, mas que dispõe de uma unidade discursiva e identitária.

3 | MOVIMENTOS SOCIAIS

A própria definição de *movimento social* é tema de discussão na Sociologia — Alan Touraine arriscou-se a dizer que tal conceito seria o objeto central da área de estudo (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004, p.1) — mas ainda assim, não há consenso sobre seu significado. Aqui, resolvemos trabalhar com a versão de Maria da Glória Gohn (2000):

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 2000, p.13).

Complementa-se ainda com a definição de *movimento societal* de Alan Touraine (2003). Em uma tentativa de evitar denominar como *movimento social* qualquer tipo de ação coletiva, o autor diferencia movimentos culturais, históricos e societais, sendo os últimos “aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais” (TOURAINÉ, 2003, p. 119, apud GOSS e PRUDÊNCIO, 2004, p.5).

A MM se insere em ambas as definições, movimento social de Gohn (2000) e

movimento societal de Touraine (2003), por ser uma ação popular com poder de negociação formada por participantes plurais que têm como base comum uma definida plataforma política, defendendo um projeto cultural com princípios feministas, agroecológicos e comprometidos com a justiça social.

Entre 1930 e 1960, autores do modelo clássico caracterizavam ações populares como tentativas coletivas de resolver tensões psicológicas causadas pela alienação e ansiedade causadas pela sociedade moderna (MCADAM, 1982, p.16), em que indivíduos com tendências narcísicas se mobilizam para externalizar suas frustrações individuais em surtos de irracionalidade apolítica (ALONSO, 2009, p. 50).

Apenas no fim da década de 1960, com o surgimento de manifestações populares como o movimento negro e o feminismo nos Estados Unidos e na Europa, percebiam-se movimentações organizadas e solidárias que não podiam mais ser explicadas por justificativas psicossociais de indivíduos isolados (ALONSO, 2009, p.50). Eram *movimentos sociais* que demandavam mudanças concretas e predefinidas na estrutura social, portanto não podiam ser caracterizadas como comportamentos psicológicos isolados.

Em contraste ao modelo clássico, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), idealizada por McCarthy e Zald (1977), racionaliza essas mobilizações populares como fruto de deliberado pensamento crítico e método. A TMR atribui como elemento fundamental à execução e sucesso de movimentos sociais, a disponibilidade de recursos materiais e humanos. Tais recursos, como capital, infraestrutura e ativistas pela causa, dependem de um suporte externo, de um nível elevado de organização, e conseqüentemente, da burocratização da ação coletiva (MCCARTHY; ZALD, 1977). Ao dar ênfase para a captação de recursos, o modelo realça a participação da elite nos movimentos sociais, em detrimento do agenciamento dos próprios participantes da mobilização.

Já a Teoria do Processo Político (TPP), estabelecida por Tilly, Tarrow e McAdam, determinava que a “estrutura das oportunidades políticas” era central para a abertura de canais de expressão popular. Aliados mais uma vez à capacidade organizacional do movimento, essas oportunidades políticas designavam momentos oportunos de ação coletiva, seja por maior receptibilidade do governo às reivindicações, por mudanças na interação estado-sociedade, pela presença de potenciais aliados (KRIESI, 1995 apud ALONSO, 2009, p. 55).

Abers et al. (2018), em uma análise crítica das oportunidades políticas propostas pela TPP, ressaltam a agência e o agenciamento recíproco dos atores, ao invés da ênfase exagerada da conjuntura política no surgimento de movimentos sociais. As autoras argumentam que “movimentos que constroem e disputam políticas agem criativamente, interagindo ativamente com os agenciamentos de outros atores e instituições com os quais apresentam relações de interdependência” (ABERS et al., 2018, p. 17). Dessa forma, movimentos sociais não são fundamentalmente dependentes da captação de recursos de agentes externos ou vulneráveis ao cenário político, ao contrário, são agentes ativos,

criativos e interdependentes de outros agentes, como o próprio estado, do sistema em que fazem parte.

A fim de aprofundar o debate sugerido por Abers et al. (2018) sobre a relação de movimentos sociais e políticas públicas, adicionaremos dois conceitos à essa discussão: regimes e subsistemas.

Regimes políticos são estruturas relacionais de atores estatais e não estatais que têm acesso às discussões e decisões governamentais (ABERS et al., 2018, p. 31). De acordo com o regime político, movimentos sociais podem ter (ou não) abertura em avançar com suas pautas, a depender da relação que dispõem com a coalizão governamental.

O conceito de *subsistemas* é crucial para o entendimento da criação de políticas públicas dentro de *regimes políticos*. Jenkins-Smith et al. (1991) caracterizam “subsistemas de políticas públicas” como “compostos por instituições e atores que estão diretamente envolvidos no processo de políticas públicas em uma área especializada de política.” (JENKINS-SMITH et al., 1991, p.852, apud ABERS et al., 2018, p. 35)

Tais atores de subsistemas incluem grupos de interesse, órgãos do executivo, associações comerciais, representantes de empresas, autoridades eleitas e até estudiosos (Jenkins-Smith et al., 1991, p.852, apud Abers et al., 2018, p. 35), demonstrando a heterogeneidade dos fatores que resultam na criação e manutenção de políticas públicas. Os subsistemas permitem entender as variações de poder e de interesse dentro do regime político em uma escala menor.

4 | MARCHA DAS MARGARIDAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM

4.1 Fernando Henrique Cardoso – Ano 2000

Tendo o lema “2000 Razões para Marchar: contra a fome, pobreza e a violência sexista”, a primeira Marcha das Margaridas reuniu em Brasília 20.000 mulheres de comunidades tradicionais e do campo durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Demonstrando sensibilidade ao regime político, o foco das reivindicações era o modelo neoliberal do governo social democrata que acentuava as desigualdades sociais e a concentração de renda e terra. Na “Carta das Mulheres Brasileiras”, documento-base entregue ao presidente, elas criticavam o modelo da reforma agrária assistida pelo mercado e as políticas públicas para o campo, de cunho neoliberal, implementadas nesse governo.

Entre as políticas de FHC, a “Nova Reforma Agrária”, transferia a responsabilidade da redistribuição de terra do governo federal para o mercado, beneficiando proprietários de terra que dispunham de capital suficiente para re-adquirir grandes áreas disponíveis para a venda (CONTAG, 2000), e a “Cédula da Terra”, programa de crédito para aquisição de terras para trabalhadores sem-terra e agricultores com terra insuficiente, o qual acabou por não demonstrar um aumento significativo de renda (PEREIRA; SAUER, 2011, p. 599).

As Margaridas também denunciaram o modelo agrícola tecnológico, à época, recém-implementado no Brasil, que favorecia o setor do agronegócio em detrimento dos pequenos produtores, e defendiam a implementação de um Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Além das críticas às políticas públicas agrárias, o documento também enfatizava outras questões, como as perigosas condições de trabalho de mulheres no campo, expostas a pesticidas, o aumento do número de trabalhadoras sexuais na zona rural como consequência da extrema pobreza e a disparidade de oportunidades para as mulheres rurais (CONTAG, 2000).

Durante a reunião com as líderes da marcha, FHC se comprometeu a agir em muitas das demandas, mas apenas implementou poucas reformas, em sua maioria de cunho econômico, como a redução da taxa de juros para o custeio agrícola de 5,6% para 4% ao ano (CONTAG, 2015).

A resposta de FHC à primeira edição da marcha não resultou em nenhuma grande transformação, mas abriu possibilidades de diálogo entre as mulheres camponesas e o governo federal - um exemplo de oportunidade política com a permeabilidade do Estado (MCADAM, 1982) para as reivindicações de um movimento social de mulheres rurais. Pela primeira vez, o governo brasileiro se dedicou a negociar uma pauta advinda dessas trabalhadoras, e também pela primeira vez, uma discussão de tamanha importância para o movimento sindical era protagonizada por mulheres (CONTAG, 2015), caracterizando um momento histórico para a Marcha das Margaridas e para a luta por direitos das mulheres do campo. Era ali também que nasciam as reivindicações históricas das Margaridas, a essência política da pauta que vêm sendo aprimorada ao longo dos anos e regimes políticos.

4.2 Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 e 2007

A segunda edição da MM, “2003 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista” aconteceu durante o primeiro mandato do presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva e trouxe à capital cerca de 40 mil mulheres para a capital do país. A pauta organizava as 140 demandas em nove eixos temáticos: reforma agrária, organização da produção, meio ambiente e agroecologia, salário mínimo, saúde, violência de gênero, ações afirmativas para mulheres rurais, direitos previdenciários e educação no campo (CONTAG, 2003).

Nesta pauta, as Margaridas passaram a adotar a agroecologia como modelo de construção para uma nova realidade produtiva no campo, se opondo ao modelo neoliberal e tecnológico da era pós Revolução Verde adotado no Brasil. A MM também enfatizou nesta segunda edição o direito de propriedade e gestão compartilhada da terra entre homens e mulheres, destacando que apenas 7% dos agricultores beneficiados pelo programa “Cédula da Terra” da gestão anterior eram mulheres (CONTAG, 2003).

Atentas ao regime político e suas potenciais aberturas de diálogo com o estado, as Margaridas também adicionaram demandas acerca da valorização do salário mínimo e do

direito à previdência social. Por ser um ex-operário eleito sob bandeira e plano político de esquerda, era de se esperar uma mudança na relação Estado-sociedade (MCADAM, 1982) e que Lula fosse mais receptivo a essas pautas do que o presidente anterior.

Na terceira edição, “2007 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, cerca de 70 mil mulheres ocuparam o Eixo Monumental em Brasília. As Margaridas ampliaram suas parcerias e demonstraram amadurecimento a nível organizacional e político. Ademais, pela primeira vez, elas disponibilizaram uma pauta completa dirigida ao poder legislativo, onde demandaram a aprovação de Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e Projetos de Lei (PL) específicos e já em tramitação, como a PEC 432/2001, que determinava a expropriação de terras em caso de trabalho escravo (CONTAG, 2007). Também nesta edição, a organização da Marcha elaborou um Caderno de Textos para estudo direcionado às participantes (CONTAG, 2015), apresentando o caráter formativo e político do movimento.

O aprimoramento da plataforma política e a iniciativa de direcionar demandas concretas ao poder legislativo demonstra o agenciamento proativo da Marcha das Margaridas (Abers et. al, 2018) que contribui para o estabelecimento da presença política do movimento como uma voz ativa na implementação de políticas públicas perante ao governo federal.

Ao longo dos oito anos de governo Lula, as Margaridas alcançaram avanços históricos na luta por direitos. Em ambas as edições, o governo elaborou documentos que expressavam o posicionamento do poder executivo sobre as reivindicações da Marcha. Para cada item, o documento respondia à demanda com um projeto ou política vigente e o órgão responsável, embora raramente colocasse prazos para sua implementação.

Em 2004, foi instituída a obrigatoriedade dos títulos de terra serem registrados sob os nomes do casal, ao invés de somente o do homem. Outras grandes conquistas foram a criação do PRONAF-Mulher no ano safra de 2003/2004, programa do governo federal que concede crédito para a produção agrária para mulheres agricultoras (CONTAG, 2003), a regularização de reservas extrativistas (CONTAG, 2015), e a criação do Fórum Permanente para o enfrentamento da violência contra as mulheres no campo (CONTAG, 2007).

As respostas positivas do presidente Lula às demandas do movimento resultaram em grande afinidade das Margaridas perante ao petista, garantindo a ele uma forte rede de apoio político, que viria a ser crucial durante sua prisão em 2018 e 2019. Durante a organização e a realização da Marcha de 2019, as ativistas foram enfáticas ao se posicionarem a favor da soltura do então ex-presidente. Essa relação entre Lula e as Margaridas demonstra a interdependência dos atores no Processo Político (MCADAM, 1982) e a importância de movimentos sociais nessa relação.

4.3 Dilma Rousseff – 2011 e 2015

Intitulada de “2011 Razões para Marchar por um Desenvolvimento Sustentável com

Justiça, Autonomia, Equidade e Liberdade”, a quarta MM aconteceu durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, reunindo 100 mil mulheres das cinco regiões brasileiras, organizadas por mais de 4 mil sindicatos de trabalhadoras rurais.

Para além das demandas históricas para a melhoria de vida das mulheres do campo, da floresta e das águas, em sua plataforma política, a Marcha de 2011 confirmou o cunho feminista do movimento (AGUIAR, 2016), enfatizando principalmente a violência de gênero contra mulheres não-brancas. Cem mil mulheres se *afirmarem* feministas, conscientes das interseccionalidades entre raça, classe, sexualidade e gênero, em um contexto social que era (e por vezes ainda é) hostil com a autodenominação, carrega enorme significado político. Ter uma primeira presidenta do Brasil eleita sob uma bandeira esquerdista, aparece como uma oportunidade política de fomentar a agenda política contra a violência sexista.

Uma das principais resoluções após a quarta edição, foi a ampliação da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que promovia a transição agroecológica nas unidades familiares de produção (CONTAG, 2015). Outra medida de grande importância foi o restabelecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que priorizava a compra da produção advinda da agricultura familiar para instituições federais, aumentando o lucro e a autonomia de produtores de pequena escala (ROSÁRIO; FILOCREÃO, 2020).

Sob o lema de “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, a quinta edição da MM demonstrou ainda uma maior sensibilidade e um firme posicionamento perante a conturbada conjuntura política de 2015. Realçando a democracia como “condição fundamental para seguir avançando na construção de um país mais justo e igualitário” (CONTAG, 2015), as Margaridas expressaram seu descontentamento com o “desrespeito às urnas”, se opondo veementemente contra o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Elas consideravam o *impeachment* como um “golpe parlamentar apoiado pela mídia e ignorado pela Suprema Corte” (CONTAG, 2015).

Mazé Moraes, afirmou:

Em 2011, a marcha foi muito significativa pra gente. Pela primeira vez, nós teríamos uma mulher no poder, então a gente queria trazer 100,000 mulheres pras ruas pra poder mostrar a importância daquele momento. [...] Mas em 2015, foi um ambiente desafiador 'pra' se estar. A gente já previa o golpe. As Margaridas foram pras ruas pra dizer que elas estavam com Dilma, que ela não estava sozinha. Mas a gente já sabia o que ia acontecer (Mazé Moraes/ CONTAG, novembro de 2019).

Mas as contradições do governo Dilma já haviam começado antes da articulação do golpe de 2016, principalmente em relação à questão agrária brasileira. Ao assumir seu segundo mandato, Dilma indicou Kátia Abreu, ruralista e defensora do agronegócio, para assumir o Ministério da Agricultura. Dilma também foi a gestora que menos distribuiu terras pela reforma agrária desde FHC - apenas 26,8 mil famílias foram assentadas por ano, contra 76,7 mil de Lula e 67,5 mil do tucano (MARTINS, 2015). Mesmo que o regime político

vigente indicasse ser favorável para as Margaridas, os subsistemas do governo Dilma indicavam o contrário - a exemplo de alguns de seus ministros e do seu vice-presidente.

A avalanche de retrocessos só estava começando com o *impeachment* da petista. Em apenas algumas semanas depois de assumir, o vice-presidente Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão responsável pela maioria das ações para a agricultura familiar, e o Plano Safra, um fundo de 5,7 bilhões de dólares destinado a pequenos produtores (Borges, 2016), além de aprovar a Nova Reforma Trabalhista.

4.4 Jair Messias Bolsonaro – 2019

A sexta edição da Marcha das Margaridas — “Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência” — aconteceu em agosto de 2019, durante o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro. Mais uma vez, as Margaridas apresentaram declarações assertivas sobre o cenário político: elas criticavam o retorno à uma agenda neoliberal em contraste à “democracia participativa” durante os governos de Lula e Dilma (CONTAG, 2019) e pediam a soltura do ex-presidente Lula, na época preso em Curitiba pela Operação Lava-Jato.

Pela primeira vez em 19 anos de marcha, nenhuma demanda foi formalmente entregue ao poder executivo. De acordo com Mazé Moraes, “elas não entregariam petições para um governo que estava tirando os direitos da classe trabalhadora, principalmente os das mulheres trabalhadoras”. As Margaridas também não receberam nenhum custeio federal e pagaram todas as despesas da marcha por meio de financiamento coletivo pela internet.

A última MM foi ainda mais significativa com a participação da I Marcha das Mulheres Indígenas (Fotografia 1). Juntas, cem mil mulheres marcaram presença no Eixo Monumental, avenida principal da capital Brasília, demandando o fim dos retrocessos que estavam pondo décadas de luta e conquistas políticas em risco. Bolsonaro se recusou a dialogar com ambos os movimentos sociais naquela semana.



Fotografia 1 – Margaridas indígenas marchando em Brasília

Fonte: Acervo da autora Luciana Ribeiro (agosto de 2019).

Mazé Moraes expressou suas preocupações e esperanças para os próximos três anos sob o governo de Bolsonaro:

Bolsonaro ‘tá’ só continuando o que Temer começou em 2016. Ele está rasgando nossa Constituição, tirando nossos direitos [...] Nós precisamos organizar e educar nossas massas ‘pra’ que a gente possa tomar decisões informadas durante as próximas eleições [municipais] em 2020 e escolher representantes que estão comprometidos com a justiça social (Mazé Moraes/ CONTAG, novembro de 2019).

Mazé Moraes também enfatizou a importância de eleger representantes que darão apoio ao povo brasileiro por meios institucionais, reforçando a oposição política ao governo Bolsonaro e à maioria conservadora no Congresso. Ela também ressalta a relevância ímpar dos movimentos sociais durante essa conjuntura política: *“Nós só vamos conseguir passar por esses desafios se a gente estiver nas ruas, juntos. Aqui, ninguém vai soltar a mão de ninguém. Nós vamos juntos.”*¹

A dura decisão de, pela primeira vez em 19 anos, não entregar suas demandas ao poder executivo, demonstra o entendimento da conjuntura política sob o governo Bolsonaro. As Margaridas sabiam que suas reivindicações não seriam ouvidas. Sua agenda política, mais do que nunca, na história do movimento social, não era relevante para o atual governo que abertamente demonstra desinteresse, senão desrespeito, às causas das mulheres do campo, da floresta e das águas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Margaridas tiveram papel fundamental no processo de conquistar políticas públicas a nível federal para comunidades tradicionais no Brasil. A habilidade de comunicar

¹ Mazé Moraes, novembro de 2019.

demandas justificadas e contextualizadas seguidas de um conjunto de possíveis soluções, tem se mostrado uma maneira eficaz de abrir diálogo com o governo federal, e de conseguir resultados na criação e mudança de políticas públicas. A pesquisa demonstrou que as estratégias de abordagem e demandas das Margaridas mudaram em resposta à natureza de cada gestão e ao amadurecimento da organização do movimento.

Também conclui-se que as estratégias são consideravelmente mais eficazes ao lidar com governos com perspectivas similares, como Lula e Dilma, prova do entendimento dos benefícios das crescentes oportunidades políticas (MCADAM, 1982). Todavia, além da sensibilidade ao cenário político, as Margaridas demonstram agenciamento proativo e criativo, adaptando-se a essas oportunidades e se posicionando ativamente. A crescente capacidade de mobilizar as massas a níveis nacional e regional e de se adaptar à conjunturas políticas determina a influência política da Marcha das Margaridas, aumentando o seu poder de negociação ao longo dos anos (AGUIAR, 2016).

Por duas décadas, a Marcha das Margaridas tem mostrado competência ímpar ao organizar uma frente unificada de mulheres, das mais diversas realidades, para lutar por um extenso conjunto de demandas sem perder as especificidades de suas identidades. A capacidade de liderança e ação das Margaridas, mulheres do campo, da floresta, e das águas, fortalece o senso de autonomia e o empoderamento de comunidades inteiras.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas: Repensando atores e oportunidades políticas.** Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7Z3vLvbrTykKtSfx39QSXs/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: Reflexões a Partir da Marcha das Margaridas.** Política e Sociedade, vol. 15, n. 14, Out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZIPRqnWFXZ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.
- BORGES, Lizely. **Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil.** MST, 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/05/30/temer-transfere-secretarias-da-reforma-agraria-e-incra-para-casa-civil/> Acesso em 12 dez. 2019.
- CONTAG. **Caderno 1 - Marcha das Margaridas 2019.** Brasília, 2011. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1919922208_26042019100737.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.
- _____. **Pauta da Marcha das Margaridas 2007.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/PAUTA-Marcha-das-Margaridas-LEGISLATIVO.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

_____. **Pautas das Marchas**. Transformatório das Margaridas, 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Texto-Base da Marcha das Margaridas 2003**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TEXTO-BASE.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CPT. **Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003**.

Comissão Pastoral da Terra, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2018**. Comissão Pastoral da Terra, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4687-conflitos-no-campo-brasil-2018>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/9194/7788/33868>. Acesso em 01 mar. 2020.

GOSS, Karine; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Em tese, Santa Catarina, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624/12489>. Acesso em 10 mar. 2021.

IPEA. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta**. 2015. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas1.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

MARTINS, Daniel. **Kátia Abreu, a ministra que desmata a razão**. Movimento dos Sem-Terra, 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/01/12/katia-abreu-a-ministra-que-desmata-a-razao-2>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MCADAM, Doug. **Political process and the development of black insurgency, 1930-1970**. Chicago, IL: Univ. of Chicago Press, 1982.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. **Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory**. American Journal of Sociology, vol. 82, n. 6, 1977, pp. 1212-1241. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2777934>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. **A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados**. **Soc. estado.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612, Dec. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/PfVM84Kwz7Qb6PFyMvtCzvr/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ROSÁRIO, Lúcia Tereza Ribeiro do; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **O Programa de Aquisição de Alimentos como estratégia de autonomia para mulheres na produção extrativista**. Anais SOCLA - VIII Congresso Latinoamericano de Agroecologia / 25 a 27 de novembro de 2020. Montevideo, Uruguai. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1IamMrJRGV0utbv6LPSuJ98peSEG6eNo>. Acesso em 15 fev. 2021.

SILVA, Berenice Gomes. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/949>. Acesso em: 10 fev. 2021.